

**CHAMAMENTO
AO POVO
BRASILEIRO**

**ORGANIZAÇÃO
VLADIMIR SAFATLE**

CARLOS MARIGHELLA

ubu

3 Prefácio
Vladimir Safatle

- 21 Uma prova em versos
 - 24 Balada da Descritiva
 - 25 Vozes da mocidade acadêmica
 - 29 Liberdade
 - 30 O urubu
-

31 [1] POR QUE RESISTI À PRISÃO (1965)

- 33 Apresentação (1994)
Antonio Candido
- 35 Prefácio (1994)
Jorge Amado
- 304 1. A prisão
- 304 2. As crianças
- 304 3. Uma versão policial
- 304 4. O depositado 523
- 304 5. Depoimento sobre um tiro
- 304 6. Provas contra a polícia
- 304 7. O que são os homens do Dops
- 304 8. Conclusões de um atentado
- 304 9. As “cadernetas de Prestes”
- 304 10. Viagem espacial
- 304 11. Comunista mas não criminoso
- 304 12. Os crimes da ditadura
- 304 13. Resistência ou conformismo
- 304 14. Marxismo e liberdade
- 304 15. O fascismo militar brasileiro
- 304 16. Os rumos da ditadura
- 304 17. O papel das forças populares e nacionalistas
- 304 18. A nova geração e a liderança marxista

-
- 304 A alma do samba
 - 304 Confraternização
 - 304 Canto para atabaque
-

**304 [2] A ANÁLISE POLÍTICA DO PAÍS
E A RUPTURA COM O PCB**

- 304 A crise brasileira (1966)
 - 304 Carta à Comissão Executiva do
Partido Comunista Brasileiro (PCB) (1966)
 - 304 Críticas às teses do Comitê Central (1967)
-

- 304 Castro Alves
 - 304 A prece dos escravos
 - 304 O país de uma nota só
-

304 [3] A LUTA ARMADA

- 304 Chamamento ao povo brasileiro (1968)
 - 304 Pronunciamento do agrupamento
comunista de São Paulo (1968)
 - 304 Carta circular aos homens das classes dominantes (1969)
 - 304 Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil (1967)
 - 304 Frente a frente com a polícia (1966)
 - 304 Cartas de Havana (1967)
-

- 304 Sobre o autor
- 304 Índice onomástico



*Ninguém precisa pedir licença
para fazer um ato revolucionário.*

Carlos Marighella

O lançamento, no Brasil de 2019, de uma coletânea dos escritos de Carlos Marighella não deve ser visto apenas como um ato de justiça histórica. Não se trata simplesmente de dar lugar efetivo no interior da história brasileira a uma das mais importantes e paradigmáticas trajetórias de nossa experiência política. Marighella não foi apenas demonizado pela direita e pelo fascismo militar que emerge periodicamente no Brasil, isto a ponto de ser elevado à condição de “inimigo número um” da ditadura. Mesmo no interior da esquerda brasileira, seus artigos e análises não circulavam, sua decisão final pela luta armada fora vista, no melhor dos casos, como um “fracasso”, um “erro”. O que não poderia ser diferente, já que a análise da luta armada raramente passou dos limites estabelecidos por certa “melancolia de esquerda”, que parece perseguir o Brasil como uma sombra, com suas discussões sobre a “revolução impossível” e a “correlação de forças” sempre desfavorável. Muito pouca reflexão foi feita a respeito dos problemas reais que a luta armada materializava, da consciência do colapso inelutável das políticas de conciliação que organizaram o horizonte político brasileiro no período de abertura entre 1946 e 1964. Esses problemas, tão pouco levados em conta efetivamente, repetiram-se diante de nossos olhos, levando-nos ao impasse histórico no qual nos encontramos, com a ressurgência dos mesmos atores contra os quais Marighella combatia. Pois o Brasil é, acima de tudo, uma forma de repetição. Nesse sentido, o lançamento desta coletânea deve ser compreendido como uma forma explícita de retomar certo horizonte

recalcado de reflexões, que, talvez seja o caso de dizer com clareza, recupera atualidade inaudita.

A decisão de compor este livro com textos de múltiplas procedências e momentos, com poemas e análises econômicas, com circulares internas ao PCB e textos da época da guerrilha, visa mostrar o processo que leva Marighella à luta armada, suas avaliações e pressupostos. Tratou-se então de seguir cronologicamente Marighella, da formação de sua personalidade através de poemas de juventude até o acúmulo de análises que levam à consciência do sistema de travas da sociedade brasileira, de sua violência extrema e da necessidade de uma resposta violenta. Os blocos do livro foram organizados tendo em vista momentos fundamentais de seus escritos: as atividades no interior do PCB e sua ruptura, o livro *Por que resisti à prisão* – sua principal produção bibliográfica, a ação na luta armada. Ficou de fora apenas o *Manual de guerrilha urbana*, a ser editado em outra oportunidade.

Iniciemos lembrando da singularidade da trajetória política de Carlos Marighella. Tal singularidade não é apenas um elemento biográfico. Ela é a expressão de uma estrutura sócio-histórica. Não há como ignorar a relevância do fato de que o mais importante líder guerrilheiro do Brasil veio de dentro do campo da política institucional. Sua decisão pela luta armada é tardia, ocorrendo aos 55 anos, quando já tinha atrás de si uma longa trajetória política. Contrariamente a outras experiências da luta armada na América Latina, como os montoneros argentinos e os tupamaros uruguaios, a guerrilha brasileira é fruto direto de uma decepção histórica, conforme fica claro em textos de Marighella, por exemplo *Por que resisti à prisão* e a carta em que justifica a desfiliação do PCB, em 1966.

Marighella fora deputado constituinte em 1946, tendo sido cassado no interior de uma política de consolidação dos dispositivos da Guerra Fria. Mesmo após perder o mandato e ver seu partido proscrito, ele continuou, durante todo o período pré-ditadura, fiel à linha conciliatória e legalista do PCB. Acreditando nas margens de artifícios internos às coalizões populistas e nacional-desenvolvimentistas, os comunistas procuravam manobrar por meio da criação de um arco

de alianças que englobaria as massas trabalhadoras e setores ditos “progressistas” da burguesia nacional. A possibilidade de consolidar maiorias eleitorais por meio dessa estratégia parecia um fato concreto e capaz de impor um processo “gradual e seguro” de transformação social. Durante esses anos, Marighella se engajaria em tal caminho, organizando greves e mobilizações populares, assumindo lutas transversais que articulavam múltiplos setores da política brasileira.

O golpe de 1964 demonstrou, no entanto, a inanidade de tal avaliação e linha de ação. Diante de um processo inelutável de radicalização política da esquerda brasileira em direção às reformas de base, a aliança entre forças armadas, grande latifúndio, burguesia nacional, Igreja conservadora e grande imprensa não temeu impor ao país vinte anos de ditadura. É sintomática para Marighella a inexistência de qualquer forma de resistência efetiva ao golpe. Ela indicava uma ilusão maior da esquerda brasileira, que confiava na adesão de todos aos ditames da “democracia parlamentar”, assim como na força de seu “dispositivo militar”. Ninguém havia efetivamente se preparado para o cenário de uma ruptura à direita. Daí a figura macabra de um golpe feito sem nenhum tiro, em um país de alta mobilização popular e disposto, conforme descobriu-se posteriormente nas pesquisas de opinião em 1964, a levar João Goulart novamente ao poder.

Essa ilusão a respeito da escolha do direcionamento tinha fundamentos claros. Ela expressava a limitação das dinâmicas da esquerda brasileira às fronteiras do populismo de esquerda com suas conciliações heteróclitas e seus sistemas de gestão de paralisia. É essa decepção histórica que leva Marighella à luta armada. Não deixa de ser interessante insistir na singularidade desse processo. Casos como o argentino, por exemplo, seriam uma espécie de radicalização *dentro* da estrutura do populismo, o que levou à produção de uma peculiar guerrilha peronista revolucionária. Já a situação brasileira foi fruto da decepção com a possibilidade de operar transformações efetivas no interior de tal espectro. Por isso, podemos dizer que se trata de uma opção pela luta armada por subtração. A opção pela luta armada não é a pri-

meira escolha de Marighella, nem sua escolha mais natural. Ela é a consequência necessária da experiência histórica de explicitação do esgotamento das outras vias disponíveis, do sufocamento dos horizontes.

Isso deve ser levado em conta quando ouvimos análises a respeito do “fracasso” da luta armada no Brasil. Antes de mais nada, há de se lembrar que talvez em nenhum outro lugar no mundo tenha ficado tão clara a dimensão da luta armada como expressão do direito secular de resistência. Até então, o Brasil tinha uma esquerda cuja linha majoritária era legalista até o ponto do suicídio, confiante na capacidade de constituir maiorias eleitorais. Fazia parte do sistema de justificação de existência das Forças Armadas brasileiras a consolidação da lógica do “inimigo interno”. As Forças Armadas sempre foram, sobretudo, uma força de operação de guerra civil, seus verdadeiros inimigos foram sublevações populares e revoltas. Nesse sentido, durante todo o século XX, a partir dos anos 1920, sua maior razão de existência foi a “ameaça comunista”, mesmo que tenham sido as próprias Forças Armadas a verdadeira ameaça à ordem democrática aceita. Que a luta armada no Brasil tenha aparecido após o golpe militar, que ela tenha como figura principal alguém que faz tal opção como expressão do colapso da democracia liberal produzida pelas forças da direita brasileira, eis algo que não deve ser em hipótese alguma negligenciado.

Nesse sentido, é simplesmente impensável e imoral descrever como “fracasso” e “erro” o exercício legítimo e soberano de um direito natural, a saber, o direito de resistência à tirania. Direito que nos lembra que toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal. Há de se imaginar o que seria um país que recebe em silêncio até mesmo a mais brutal de todas as tiranias. Além do que, em que posição de onisciência histórica se colocam os que fazem tal avaliação? Estão certos de que as consequências históricas de uma sequência temporal estão acabadas? Como podem estar certos e seguros, a não ser no interior de uma certeza fantasmática? E contra o que tal fantasma é a defesa? Processos históricos parecem fracassados até o momento em que são recuperados

no interior de outras dinâmicas, abrindo novas sequências. A Comuna de Paris parecia um fracasso até se reencarnar na Revolução Russa, a República romana parecia um fracasso até se reencarnar na Revolução Francesa. Um pouco de filosofia benjaminiana da história faria bem neste momento. Além disso, é provável que, subjacente ao diagnóstico de “fracasso”, esconda-se a aceitação tácita de que a violência popular será sempre ilegítima e errada. E talvez haja algo profundamente monstruoso em tal aceitação. Há situações nas quais se deve deixar claro que, a partir de certo limite, a resposta popular é necessariamente violenta.

Por outro lado, notemos a extensão da resposta de Marighella à compreensão dos passos a dar após a consciência do colapso. Diante da inadequação flagrante da linha dirigista do PCB, Marighella tirou consequências que diriam respeito até mesmo às formas gerais de organização política. Não se tratava de operar rupturas tendo em vista a criação de outro partido, com a repetição estrutural dos mesmos problemas de centralismo, de hierarquia, de dirigismo. A criação da Ação Libertadora Nacional fora uma operação baseada no princípio de ação autônoma e implicação coletiva. “Ninguém precisa pedir licença para fazer um ato revolucionário”, proposição repetida continuamente por Marighella, era uma fórmula concisa para expressar uma dinâmica propriamente autonomista de ação. Isso chegaria ao paradoxo de a mais emblemática ação da ALN, a saber, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, ter sido idealizada, organizada e realizada sem o conhecimento do líder da própria organização, já que Marighella saberia da operação apenas depois de realizada, e pelo rádio.

Isso demonstra, entre outras coisas, uma consciência clara da articulação entre diagnóstico político e formas de organização. Tirar as consequências efetivas de um fracasso de diagnóstico político implica, de modo imprescindível, compreender como formas de estruturas definem o que somos capazes de pensar e perceber. Nesse sentido, afastar-se de certos diagnósticos de maneira consequente leva necessariamente a outras estruturas. Um partido centralizado, que

sonhava com transformações dirigidas nas quais se passa de uma direção a outra, fascinado pela pretensa força de condução de lideranças carismáticas que se afundam em análises equivocadas, nunca saberia como operar em espaços de fortalecimento de processos autônomos e de multiplicação de instâncias de decisão. Seu horizonte efetivo de mudança já era limitado. Esta lição histórica poderia ter sido internalizada, poupando-nos de certas repetições que agora nos assombram.

Certamente por essas razões, é claro que o momento histórico atual tende a, mais uma vez, transformar Carlos Marighella em uma espécie de “inimigo número um” redivivo. De certa forma, nada mais previsível. Nossa situação deve ser lida a partir do horizonte de uma “contrarrevolução preventiva”. Isso quer dizer uma revolução conservadora feita na perspectiva de colapso das promessas institucionais da Nova República e que procure adiantar-se a toda possibilidade de insurreição popular de cunho semelhante àquelas esperadas por Marighella. Se atualmente vemos um protofascismo que se levanta contra “ameaças comunistas”, é porque tais ameaças não são fruto de delírio paranoico. Elas efetivamente existem, só que estão no futuro. O poder atual procura sufocar as comunistas e os comunistas antes mesmo de elas e eles se descobrirem comunistas. É para elas e eles que este livro foi organizado.

A meu pai

Ex-combatente da Ação Libertadora Nacional

[1]
POR QUE RESISTI
À PRISÃO (1965)

APRESENTAÇÃO (1994) *Antonio Candido*

A reedição deste livro de Carlos Marighella é uma boa maneira de assinalar a passagem dos trinta anos do golpe militar de 1964, pois ele é um protesto e uma análise do seu significado de movimento reacionário, ligado a uma tendência que Marighella denomina “fascismo militar”, instrumento para manter as iniquidades da nossa organização social, desde a preservação do latifúndio retrógrado até o cerceamento da vida democrática.

Por que resisti à prisão é composto de maneira interessante, pois começa por um fato concreto, que ele descreve com relevo palpante: a sua prisão em 9 de maio de 1964, com requintes desnecessários de brutalidade, durante uma sessão de cinema cheia de crianças, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Marighella, homem que não conhecia o medo, resistiu e foi baleado no peito, sendo a seguir preso e longamente maltratado. A narrativa dos pormenores que seguiram essa ocorrência policial, narrativa dotada de um relevo cheio de vibração, faz o leitor entrar em contato com a sinistra violência dos órgãos de repressão. Como era a fase inicial do regime (que chegou à ferocidade total no fim de 1968), ainda pôde haver manifestações nos jornais e Marighella acabou solto, pois não havia motivo plausível para a arbitrariedade que o atingiu.

Na segunda parte do livro, vemos o caso pessoal desaguar em ampla reflexão política, a partir das razões que o autor oferece para explicar que resistiu a fim de desmascarar a natureza da ditadura, disposta a cercear essencialmente as liberdades. O leitor percebe então que não se trata de mero relato autobiográfico, mas de um ato político, que supera a experiência individual para chegar à análise da situação, do ponto de vista de um grande revolucionário marxista. Com o mesmo calor, o mesmo ritmo expressivo com que narrou as

vicissitudes da prisão em suas diferentes fases, Marighella reflete sobre o processo do golpe (falsamente qualificado de “revolução” pelos seus promotores), caracterizando-o como tentativa de barrar as aspirações populares, cuja força vinha crescendo. Em consequência, mostra a necessidade de uma oposição firme e constante.

O livro é de 1965, e muita coisa ainda mais grave estaria por acontecer, na vida de Marighella e na vida do povo brasileiro. Trata-se, por isso, de documento inestimável sobre determinado momento de ambas, digno de ser lido e admirado pela expressividade da escrita, a lógica da composição e a flama revolucionária de um lutador intemerato, mas tolerante, que era um marxista aberto, pronto para aceitar os matizes da realidade e a pluralidade das opiniões, dentro do pressuposto básico da aspiração a uma democracia popular, que abolisse a máscara dos regimes destinados a perpetuar o privilégio. Quando sabemos que o preço que pagou foi a morte, avaliamos plenamente a estatura de Marighella como herói do povo brasileiro e o significado desta narrativa de uma experiência pessoal coroada pela teoria da luta pela liberdade. Nada, portanto, mais adequado para marcar o aniversário do movimento obscurantista de 1964.

PREFÁCIO (1994) *Jorge Amado*

*É preciso não ter medo
é preciso ter a coragem de dizer
Carlos Marighella,
“Rondó da liberdade”,
...um comunista atrevido
que resistiu à prisão
e mesmo a bala ferido
se defendeu sem ter medo
brigando como um leão.
História em versos de uma prisão*

Folheto de cordel

A leitura deste livro, *Por que resisti a prisão*, cuja primeira edição data de 1965, faz-se indispensável para o conhecimento e a compreensão da figura de Carlos Marighella, assassinado pela ditadura militar, em 1969, herói da luta do povo brasileiro contra a miséria e a opressão. Herói porque a bravura, a constância, a irredutibilidade e o devotamento foram qualidades de seu caráter. Marighella não vacilou nem fraquejou em nenhum momento; desde a adolescência a luta foi seu cotidiano, sua tarefa, seu destino. Eu diria, porém, que Carlos foi de certa maneira o anti-herói por excelência, exemplo de ser humano humaníssimo, homem de carne, osso e coração.

Os heróis, por mais das vezes, tornam-se desumanos, afeitos à batalha e à glória – a violência marca-lhes a ação e a determina, a insensibilidade endurece-lhes a face e no peito o coração é um lingote de ouro. Ora, Carlos foi o oposto desse herói erguido no clangor da vitória, no mando de soldados, herói que, com facilidade, se transforma em tirano, apenas alcança o poder pelo qual lutou. Assim sendo, para entender Carlos Marighella, faz-se necessário ler este livro,

onde ele conta as circunstâncias do atentado que sofreu em 1964, quando os tiras da polícia política da ditadura recém-instalada invadiram o cinema Esky-Tijuca, no Rio de Janeiro, para matar um dirigente comunista cuja atuação, no Parlamento e na praça pública, dera-lhe a condição de líder respeitado, estimado, alguém merecedor de confiança e de carinho.

O cinema, em hora de matinê, estava repleto de crianças, e elas foram a maior preocupação do cidadão acuado pela malta da polícia, condenado à morte, o revólver dos beleguins apontado para seu peito: naquela hora de extremo perigo, o temor de que uma bala perdida matasse um dos meninos da plateia. Coberto de sangue, a bala no peito, o pensamento de Marighella é para elas, que são o motivo maior de sua luta, bate-se pelo futuro das crianças brasileiras.

Este livro de denúncia e combate é igualmente de ternura; à indignação contra os sequazes do golpe de Estado, mistura-se o amor pelas crianças e pelo povo: um livro denso de pensamento político, denso igualmente de emoção. Escrito numa linguagem que vai do panfleto ao poema, algumas de suas páginas chegam a ser comoventes. Referi-me à preocupação maior pelas crianças na sala do cinema, ao sabor das balas perdidas, mas quero me referir igualmente à página na qual Carlos fala em seus pais: "... meu pai era operário, nascido em Ferrara, na Itália... minha ascendência por linha materna procede de negros haussás, escravos africanos...". Trata-se de página de beleza simples e tocante, nela Marighella proclama sua condição de mestiço brasileiro, e a originalidade cultural que condiciona e comanda sua vida. O amor ao povo e a solidariedade com os pobres e os oprimidos são as constantes razões da luta a que se devota por inteiro, dão à figura de Carlos Marighella uma dimensão mais além e acima do mito do herói – tantas vezes desumana – para fazer dele um brasileiro terno e consciente – o irmão dos marginalizados, o combatente das boas causas.

Entre a exaltação do herói e a realidade simples do homem, prefiro sempre a realidade do ser de carne e osso, distante da falsa auréola feita de lauréis e lisonjas. Este livro

nos restitui o brasileiro Carlos Marighella em sua medida de grandeza, que herói se lhe pode comparar?

Desejo ainda chamar a atenção do leitor para detalhe da escrita desta reportagem política que é, ao mesmo tempo, afirmação de um escritor, este curioso e fascinante *Por que resisti à prisão*. Desejo constatar que o livro é narrado – das cenas do assalto ao cinema à solidão das celas dos cárceres, às salas de interrogatório no Rio e em São Paulo – com humor, um humor corrosivo, em certos instantes quase cruel, jamais amargo.

A amargura não faz parte do livro, tampouco o fez da personalidade de Marighella. Carlos sabia rir, seu riso era alegre e festivo. Eu o vi chorar, o coração ferido, quando os idosos ruíram aos pés de nosso espanto. Era um homem inteiro e íntegro, um brasileiro filho da mistura, um mestre do humanismo, um baiano de régua e compasso, herói na medida do povo.

COORDENAÇÃO Vladimir Safatle

Em um momento no qual revoluções se faziam sentir nos campos da política, das artes, da clínica e da filosofia, André Breton nos lembrava como havia convulsões que tinham a força de fazer desabar nossas categorias e limites, de produzir junções que indicavam novos mundos a habitar: “A beleza convulsiva será erótico-velada, explosante-fixa, mágico-circunstancial, ou não existirá”. Tal lembrança nunca perderá sua atualidade. A coleção Explosante reúne livros que procuram as convulsões criadoras. Ela trafega em vários campos de saber e experiência, trazendo autores conhecidos e novos, nacionais e estrangeiros, sempre com o horizonte de que Explosante é o verdadeiro nome do nosso tempo de agora.

TÍTULOS

Petrogrado, Xangai, Alain Badiou
Chamamento ao povo brasileiro, Carlos Marighella
Alienação e liberdade, Frantz Fanon
Guerras e capital, Éric Alliez e Maurizio Lazzarato
A sociedade ingovernável, Grégoire Chamayou

© Ubu Editora, 2019

© herdeiros de Carlos Marighella, 2019

Agradecemos a Mario Magalhães pelo generoso acesso ao material de seu acervo, sem o qual este livro não teria sido possível.

ORGANIZAÇÃO Vladimir Safatle

COORDENAÇÃO EDITORIAL Florencia Ferrari

ASSISTENTES EDITORIAIS Isabela Sanches e Júlia Knaipp

PREPARAÇÃO DE ARQUIVO Fernando Zorrer,

Giulia Savana e Luciana Kawassaki

PREPARAÇÃO Maria Fernanda Alvares e Fabiana Medina

REVISÃO Hugo Maciel

DESIGN Elaine Ramos

ASSISTENTES DE DESIGN Laura Haffner e Livia Takemura

PRODUÇÃO GRÁFICA Marina Ambrasas

*Nesta edição, respeitou-se o novo**Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Marighella, Carlos [1911–1969]

Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos

/ Carlos Marighella; organizado por Vladimir

Safatle. São Paulo: Ubu Editora, 2019. / 320 pp.

ISBN 978 85 7126 050 4

1. Ditadura. 2. Brasil. 3. Guerrilha. 4. Comunismo.
 5. Socialismo. 6. Resistência. 7. Luta de classes.
 8. Luta armada. I. Safatle, Vladimir. II. Título.

2019–1864

CDD 981.063 CDU 94(81)'1964/1985

Índice para catálogo sistemático:

1. Ditadura : Brasil 981.063

2. Ditadura : Brasil 94(81)'1964/1985

UBU EDITORA


Largo do Arouche 161 sobreloja 2

01219 011 São Paulo SP

(11) 3331 2275

ubueditora.com.br

professor@ubueditora.com.br


 /ubueditora